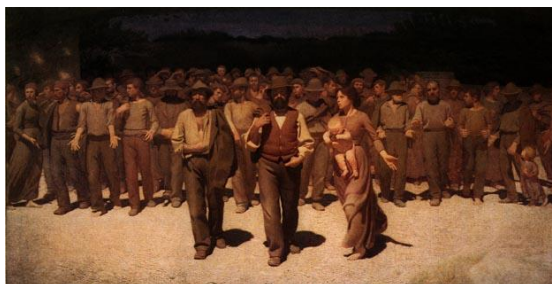


DAS ENTRANHAS DA TERRA: DISCIPLINAMENTO, RESISTÊNCIA E LUTA¹

Antônio Luís de Andrade



RESUMO: Este texto aborda o processo de disciplinamento e educação dos trabalhadores da mineração de ouro em Nova Lima-MG, ao longo do século XIX e início do XX. Descreve os instrumentos e métodos utilizados pelos ingleses na tentativa de operar mudanças no comportamento, na cultura e identidade dos trabalhadores. Conclui que a instalação da Saint John d'El Rey Company é um caso emblemático para ilustrar os prolegômenos da questão social no país.

PALAVRAS-CHAVE: Saint John d'El Rey Company; Disciplina; Identidade.

ABSTRACT: The present text approaches the discipline processes and education carried out upon mining workers in Nova Lima, MG, throughout the 19th century until the beginning of the 20th century. It describes the instruments and methods used by the British in attempt to operate changes in the behaviour, culture and identity of those workers. Concludes that the installation of Saint John d'El Rey Company is an emblematic case to illustrate the genesis of the social question in Brazil.

KEYWORDS: Saint John d'El Rey Company; Discipline; Identity.

A Saint John d'El Rey Company, no século passado, sem muitas dúvidas, deve ter representado "a maior e mais complexa experiência industrial de divisão de trabalho do Brasil, um dos maiores, senão o maior empreendimento industrial do império. (LIBBY, 1984, p.49).

1. Introdução

O presente artigo tem como referência concreta de análise a *Saint John d'El Rey Company*, empresa de mineração britânica que se instalou em Nova Lima, cidade situada na região metropolitana de Belo Horizonte – MG, em 1824, e cuja mina

¹ Este texto é parte da Dissertação de Mestrado do autor, defendida na Faculdade de Educação da Unicamp sob a orientação da Prof. Dra. Olinda Maria Noronha. Mesmo que o artigo em tela trate somente do processo de domesticação e disciplinamento pelo trabalho na Morro Velho, optou-se por manter o título original da Dissertação. Gostaria de agradecer ao camarada Edmundo Fernandes Dias a revisão final deste artigo.

encontra-se em operação em pleno século XXI, embora não mais sob controle inglês. Contribuíram, sobremaneira, os escritos de Sir Richard Burton, que além de explorador, foi membro da Real Academia Britânica de Ciência. Sir Richard Burton, escreveu as obras utilizadas na pesquisa durante as viagens que fez no Brasil como embaixador britânico.

Outrossim, as fontes primárias consultadas, bem como os artigos em diversos jornais da época, foram elucidativos e de suma importância para compor o quadro que passaremos a desenhar.

O que encontramos nos documentos pesquisados é a expressão do descompasso entre aquilo que existia e se conhecia como uma concreta sociedade capitalista industrial, com seus valores, mercado e relações de trabalho; e a realidade da existência de um empreendimento da mesma natureza, instalado e em desenvolvimento numa sociedade escravocrata e mercantil-agro-exportadora na qual estas empresas capitalistas europeias estavam se estabelecendo. As atividades econômicas existentes pareciam se reduzir quase que exclusivamente à lógica do cativo e seus interesses específicos. Nosso país, no máximo, possuía um incipiente sistema produtivo instalado e vinculado necessariamente ao mercado consumidor e financeiro que gravitava em torno das necessidades do escravismo. Aprofundando-se o processo de instalação e consolidação capitalista, breve seria o tempo em que até o “vadio” ver-se-ia obrigado a sujeitar seu trabalho à lógica, racionalidade e interesses (não sem resistência) do capitalista.

Os escritos de Burton, além de apresentarem e anunciarem as mudanças já ocorridas nos países capitalistas desenvolvidos, prenunciavam o destino daquelas economias que, sob o imperialismo britânico, transitavam – ainda que de forma difusa e caótica – no cenário econômico mundial. Isto é, nossas mudanças estavam subordinadas às mudanças já ocorridas na economia política capitalista da Inglaterra. Seus argumentos externam sua preocupação, que era a mesma dos capitalistas ingleses: a inexistência de um mercado de trabalho. Deixa transparecer como poderia ser difícil e complicado o processo de formação desse mercado, que implicava, na prática, em fazer com que um contingente significativo de trabalhadores, deixando a condição de escravo ou livres pobres, em um prazo não muito longo se comparado ao ocorrido na Europa, constituísse um mercado de trabalho confiável e regular na Vila e adjacências. Para ele, as condições de vida dos negros escravos permitiam-lhe afirmar que estes estavam muito próximos do operário assalariado inglês.

Na crítica feita ao trabalho escravo, Burton deliberadamente omitiu que, por quase dois séculos, a população rural da Inglaterra havia sido transformada em vagabundos e, tal qual o negro no cativo da empresa no Brasil, imensos contingentes da população inglesa, principalmente os considerados “vadios”, foram chicoteados, condenados às casas de trabalho, asilos e hospitais. Muitos foram draconianamente executados, marcados a ferro e torturados, até se submeterem à disciplina necessária para o sistema de trabalho assalariado.

Expressão inequívoca de uma fase do complexo processo de estabelecimento, desenvolvimento, transição e fixação do capitalismo no Brasil, seus relatos e

descrições e suas argumentações desvelam o próprio conflito que, classicamente, se estabelece entre uma fase – capitalismo mercantil – que está sendo submetida e subordinada a outra – o capitalismo industrial-financeiro. Ou seja, da gênese da questão social em nosso país.

Do ponto de vista da análise macroeconômica, trata-se da fase na qual o "movimento de mercadorias subsume sob a predominância do movimento de capitais" e se inicia uma modernização do processo produtivo e das relações de trabalho.²

2. O capitalismo imperialista chega ao Brasil: Raízes da questão social

A concentração de riquezas decorrente da dinâmica econômica da mineração aurífera se refletia, no Brasil, no seio das classes dominantes, a começar pela disputa da força de trabalho escravo existente em outras regiões. Isto foi um duro golpe na estrutura econômica da classe dominante, por exemplo, a açucareira do nordeste. Nas velhas classes dominantes despontavam os primeiros representantes de novos setores econômicos e políticos que serão influentes no cenário político e social de Minas Gerais e do país, durante os séculos XVIII e XIX.

Foi em função do crescimento destes novos setores e de sua influência que amadureceram importantes tensões e conflitos de natureza econômica, os quais se refletiam político-ideologicamente, não só em relação ao pacto colonial, como também nos confrontos internos e se espalhavam por várias províncias, em especial na de Minas Gerais.

O estabelecimento da grande companhia de Morro Velho, dada a escala e a forma como desenvolveu a exploração aurífera, impôs à região, juntamente com outras empresas estrangeiras, uma nova realidade e deixou claro que, como em outros lugares onde o poder do capital se instalou, a mineração de superfície poderia ser considerada praticamente encerrada. Para Sir Richard Burton, o caminho natural da mineração seria o da formação de empreendimentos de mineração industrial com maquinarias e grandes capitais, preferencialmente, o inglês. Mas, assim mesmo, suas informações indicavam que a uma distância relativamente próxima de Congonhas do Sabará, mineradoras nacionais e garimpos pequenos (faiscadores) resistiam. Diferentemente da decadente cidade do começo do século XIX, em 1850, esta já contava com forte e intenso comércio, um laboratório, vinte estabelecimentos comerciais e algumas farmácias. (BURTON, 1976)

Com um montante de investimentos e atividades deste quilate, era natural que a economia da cidade e da região se integrassem de forma subordinada, cada vez mais, ao mercado e ao capitalismo mundial. Em âmbito local, não podemos esquecer que, além de levar o ouro, as tropas de mulas de que a empresa dispunha traziam para Nova Lima mercadorias e equipamentos britânicos. Os investimentos e

² SILVA (1986, p. 17-18) afirma que a própria presença das relações de produção pré-capitalistas "é o resultado de uma forma determinada de dominação do capital (...) e podem ser indispensáveis à reprodução deste. (...) as relações pré-capitalistas não existem, então, senão enquanto relações articuladas-subordinadas às relações dominantes."

o financiamento do Estado e muitos serviços públicos, a exemplo dos trilhos, maquinarias em geral e muitos produtos manufaturados, eram de origem inglesa.

No caso a Morro Velho, direta e/ou indiretamente, teve um papel fundamental na expansão e cristalização de novas atividades econômicas e no estabelecimento de novas formas de trabalho entre homens livres pobres e escravos, novas formas de relação entre produtores e consumidores da província e região, pois a empresa desenvolveu junto aos produtores diretos e à comunidade da região, a lógica da monetarização da vida e das atividades econômicas, estimulando, de forma cada vez mais profunda, maior integração de muitos produtores diretos e pequenos agricultores de subsistência ao mercado monetário. Essa lógica se deu basicamente de duas formas: pelo progressivo assalariamento da força de trabalho e pela integração dos produtores ao mercado monetário para efetuar a comercialização de seus produtos.³

Além disso, a empresa desenvolveu uma política de pagamento de salários e horas extras em dinheiro até para os escravos, e não poupou esforços para conseguir o assalariamento dos homens livres pobres, o que provocou uma maior integração da força de trabalho à lógica do capital na região e lançou as bases de um futuro e incipiente mercado de trabalho, condição básica e fundamental à reprodução e ampliação do capitalismo como modo de produção e força produtiva hegemônica.

No processo de acumulação primitiva, esse foi o papel fundamental das empresas estrangeiras no contexto mais abrangente da economia do país e de muitas de suas províncias. Foram fundamentais no desenvolvimento, expansão e cristalização de novas atividades e áreas econômicas (na cafeicultura, na construção de numerosas estradas de ferro, indústrias de fundição de ferro, navegação fluvial e serviços públicos ou privados de eletricidade, gás, nos transportes etc.).

Nesse sentido, a Saint John d'El Rey, como parte desse processo, foi uma representante concreta em nosso país do início dessa nova fase de desenvolvimento do capital, pois representava a materialização do complexo das relações internacionais que se inscrevia na estrutura econômica do país, e em específico na cidade.

A empresa, desde seu início e ao longo de seu ciclo histórico de vida, durante o século XIX e início do século XX, em decorrência de todo o complexo processo de desenvolvimento de suas atividades de mineração, foi expressão do processo real das formas de inserção gradual e direta do capital industrial e financeiro no seio do nosso sistema mercantil-escravista.

Nesse período de nossa história, devido à natureza das relações de trabalho, da racionalidade e do desenvolvimento das forças produtivas, este tipo empresa desencadeou e liberou importantes forças e processos. Os acontecimentos e transformações determinadas pelo capital foram lentamente contribuindo para

³ "A mina sustentava sozinha a economia regional, inclusive estimulando maior integração de agricultores de subsistência ao mercado monetário". (LIBBY, 1984, p.64)

quebrar, definitivamente, a verticalidade hierárquica do sistema escravista que o próprio capitalismo, numa fase anterior, havia ajudado a criar e manter.

Não se deve esquecer, porém, que se tratava apenas de uma empresa. Se pensarmos no poder econômico que representavam as empresas inglesas em conjunto e como elas se projetavam, do ponto de vista econômico e político, sobre o governo imperial, os investimentos estrangeiros no país – dos quais os ingleses representavam mais da metade do total – garantiram não só a acumulação e o desenvolvimento das novas relações capitalistas, mas a própria reestruturação política e a consolidação da nação. Além disso, a partir do modo de produção capitalista, esses empreendimentos foram responsáveis por um significativo processo de diferenciação social, tornando mais complexa e especializada a divisão e organização social do trabalho.

As tensões, conflitos, *lobbies* e tráfico de influência foram identificados ao longo da vida da empresa e, direta ou indiretamente, estavam ligados necessariamente àqueles ocorridos em âmbitos nacional e internacional. Eram questões e problemas novos, atuando desde níveis microestruturais internos às relações e à dinâmica do dia-a-dia da população livre e às relações escravocratas de cada província e região, até questões de natureza macroestruturais da gestão política junto aos diversos níveis e espaços do aparelho de Estado e relações internacionais. Contrariando certos interesses e reforçando outros, o capital inglês efetivamente provocava ou amplificava tensões, conflitos econômicos e político-sociais.

Tanto interna quanto externamente vivia-se um período conturbado de nossa história. Um ambiente de certo mal-estar e "ríspidas" relações começaram a surgir entre parte da nascente burguesia local e os interesses de setores específicos da burguesia britânica (a Guerra do Paraguai e a Questão Christie⁴ constituem

⁴ O veleiro mercante britânico Prince of Wales zarpou de Glasgow, na Escócia, com destino a Buenos Aires, na Argentina, em 2 de abril de 1861. Entre os dias 5 e 8 de junho, na costa da então província do Rio Grande do Sul, em uma região deserta e de praias perigosas na altura do farol do Albardão, a 87 quilômetros da barra do arroio Chuí, a embarcação encalhou e começou a adernar. Diante disso, a tripulação abandonou o navio e um grupo dirigiu-se à cidade de Rio Grande, para avisar à capitania do porto o sucedido e solicitar auxílio. Nesse meio-tempo, alguns populares em terra, ao tomarem conhecimento do que perceberam como um navio encalhado, e dando a carga como perdida, resolveram apoderar-se dela. Quando os marinheiros britânicos retornaram para tentar rebocar a embarcação encalhada, encontraram na praia os corpos sem vida de dez dos seus companheiros e constataram a perda da carga. Diante da gravidade da situação, os sobreviventes apresentaram uma reclamação ao embaixador britânico acreditado no Rio de Janeiro, então capital do Império, William Dougal Christie. Este, no exercício das suas funções, transmitiu-a ao imperador Pedro II do Brasil, acompanhada de um pedido de indenização e de desculpas, tendo recebido resposta negativa. No ano seguinte (1862), no Rio de Janeiro, dois marinheiros da Royal Navy, tripulantes da fragata HMS Emerald, em trajes civis, envolveram-se em luta corporal com marinheiros brasileiros por causa das mulheres que estavam em companhia destes, provocando tumulto nas ruas da capital. A polícia portuária recolheu o grupo embriagado à prisão, soltando-o no dia seguinte. Dois dias após o incidente com os marujos, o então ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, enviou uma nota diplomática ao embaixador britânico, solicitando que os responsáveis pela agressão aos brasileiros fossem colocados à disposição das autoridades nacionais. Recorde-se que os súditos britânicos, à época no Império do Brasil, respondiam apenas à Justiça de seu país. Desse modo, um indignado William Christie retornou à presença do imperador, com a ameaça de que, se a indenização pela carga do Prince of Wales não fosse paga, os marujos brasileiros envolvidos na recente arruaça na capital detidos, os policiais brasileiros responsáveis pela detenção inicial demitidos, além da apresentação de um pedido formal de desculpas do governo imperial à Grã-Bretanha, a Royal Navy

exemplos desses conflitos). Mas essas contradições não abalaram de forma profunda as relações e os interesses existentes entre os dominantes do Brasil e os da Inglaterra. Tal era o caso que, no que diz respeito às classes dominantes locais, principalmente em âmbito da província e da Villa de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, os ingleses possuíam um poder de persuasão e influência tão fortes que eram capazes de manter a “solidariedade” dessas classes e frações de classe, em momentos de crise ou tensão política vivida pela empresa.

Em Nova Lima, ao longo do período, a racionalidade capitalista foi implementando uma nova lógica econômica, pautada pela monetarização, pela racionalidade técnico-produtiva e disciplinar associada à compra e venda da força de trabalho e conseguindo alterar, lenta e profundamente, as relações sociais e de trabalho existentes na cidade e na região. Obviamente não estamos falando de um esquema abstrato que se impõe à realidade, mas de um processo historicamente determinado.

Apesar da brutal realidade imposta pelas formas de viver e existir dos homens livres pobres que o Brasil apresentava, Burton (1976) argumentou estar vendo diante de si, em tão poucos anos de atividades da empresa, o progresso e o grande futuro que aguardava o país. Tratava-se de “um exemplo concreto da extinção da escravatura e aproximar-se depressa o dia em que *o vadio será obrigado a trabalhar* como os outros homens livres”.

O processo de desenvolvimento capitalista e suas relações, uma vez estabelecido no Brasil, passou a determinar mudanças e a exigir uma maior integração tanto das áreas nas quais estava aplicado, ou por aplicar, e eram importantes aos seus interesses, quanto da força de trabalho que necessitava. Em um primeiro momento, o capitalista foi obrigado a se adaptar às estruturas existentes e às suas formas. Ocorria que o capital industrial, nesse período, já se

bloquearia a entrada da baía de Guanabara. Christie, acerca do naufrágio do navio britânico afirmou ainda que os seus tripulantes foram assassinados por brasileiros antes do afundamento, que teriam procedido o saque da carga. Christie recebeu como resposta a informação de que o Império do Brasil estaria pronto para a guerra. Diante disso, em abril de 1862, a Grã-Bretanha enviou uma canhoneira que ameaçou atacar a cidade gaúcha de Rio Grande. Oito meses depois, uma esquadra de guerra comandada pelo almirante Warren, bloqueou o porto do Rio de Janeiro, apreendeu cinco navios brasileiros que ali estavam fundeados, e exigiu do governo uma indenização de 3,2 mil libras esterlinas. Esse incidente enfureceu a população da capital, que promoveu diversas manifestações de protesto e ameaçou praticar represálias contra propriedades de britânicos no país. Diante da escalada das tensões, a questão diplomática foi submetida por comum acordo ao arbitramento do rei Leopoldo I da Bélgica, da Casa de Saxe-Coburgo-Gota. Complementarmente, o governo brasileiro, através da sua representação em Londres, encaminhou um pedido de indenização em função da apreensão de embarcações feita pelo almirante Warren no início do ano de 1863, além da exigência de um pedido formal de desculpas pela violação do território nacional. Em virtude da resposta negativa, o Imperador D. Pedro II decidiu romper relações diplomáticas com a Grã-Bretanha em maio daquele ano. Em relação ao arbitramento internacional, acreditando que o veredicto seria contrário aos interesses nacionais, D. Pedro II decidiu pagar antecipadamente a indenização pleiteada pelos ingleses, por considerar que a discussão não envolvia questões de dinheiro, e sim o desrespeito inglês à soberania nacional do Brasil. Entretanto, o rei belga deu parecer favorável ao Brasil. O resultado foi comunicado ao representante do governo brasileiro em Bruxelas quando este foi recebido na Corte em 21 de junho de 1863. Diante disso, o Imperador passou a exigir a devolução do dinheiro pago e a apresentação de desculpas por parte do embaixador inglês, mas não conseguiu receber nem uma coisa, nem outra. Somente quando o governo britânico apresentou desculpas formais ao imperador brasileiro (1865), é que se reataram as relações diplomáticas entre as duas nações. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Quest%C3%A3o_Christie).

constituía num agente "exterior" às relações escravocratas existentes no Brasil. Estava iniciando uma nova fase do ciclo histórico do capital em nossa economia, um período de transição da economia brasileira dentro da nova ordem econômica mundial. As modificações na ordem político-econômica e na estrutura produtiva foram sendo, gradativamente, implementadas e financiadas pelo capital inglês. Nosso *début* na nova ordem mundial, na nova divisão internacional do trabalho, foi feito sob a hegemonia político-econômica inglesa.

3. A domesticação do trabalhador da mineração em Nova Lima no século XIX

A Morro Velho, desde o momento em que se estabeleceu na Vila, devido a necessidade de manter e expandir a produção aurífera, constatou que seria imprescindível à sua sobrevivência criar novos hábitos, padrões e valores culturais, tais como temperança, regularidade e laboriosidade. Muitas e diversificadas formas de ação foram implementadas pela empresa ao longo do tempo na Vila e região, com o claro e deliberado objetivo de atingir, constante e intensamente, os valores, a mentalidade, os costumes e a vida dos escravos e dos homens livres pobres.

A empresa nunca escondeu que pretendia "moralizar" a vida de seus trabalhadores, erradicando suas "ideias erradas", seus costumes e sua "má disposição" para o trabalho. Buscando com determinação tais objetivos, a empresa imprimiu de forma profunda e incisiva, na cidade, o selo de seu poder econômico e de seu modelo civilizatório. Procurou modelar o espaço de vivência dos trabalhadores desde suas casas, influir sobre a própria organização e ocupação do espaço físico urbano.

Nova Lima, em função das atividades industriais desenvolvidas pela Morro Velho, foi se constituindo, ao longo do século passado, em uma comunidade industrial isolada em relação às áreas de desenvolvimento e concentração industrial como São Paulo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora etc.. Como nesses centros, o estabelecimento e desenvolvimento do capitalismo acabou provocando um forte processo de diferenciação, compartimentalização e segregação entre os diversos segmentos sociais que compunham a população local e regional.

Na verdade, esses processos refletiam na organização dos espaços físicos e sociais da cidade, na própria natureza das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos e nas suas relações com a propriedade privada dos meios de produção. Nas áreas onde o capital inglês se fixou, esse processo não se limitava só às relações de natureza econômica; fazia-se presente na vida política, no perfil cultural da população, nas características arquitetônicas, na ocupação, disposição e desenvolvimento dos espaços urbanos e rurais (físicos e sociais).

Os ingleses exerceram sua dominação, do ponto de vista urbanístico-arquitetônico ao cultural e político, nas várias áreas de mineração onde se fizeram presentes com poder e a força. O poder desses senhores se materializou na

arquitetura da cidade e influiu na religiosidade⁵, nos costumes, valores e condutas dos trabalhadores. Aquele que se aproximava da cidade podia vislumbrar "para além da ponte, claramente a energia e o capital dos nórdicos". (BURTON, 1976, p. 171). A cidade e a empresa, com suas arquiteturas próprias representavam, aos olhos de nossas autoridades e dos homens de "bom cabedal", um marco de civilização digno de destaque.

Os espaços que os trabalhadores ingleses ocupavam na cidade estavam ligados as suas origens e ao tipo de trabalho que desenvolviam. A casa grande, a igreja, o teatro, a fábrica, os bairros, as casas, as festas das elites locais, o hospital e as repartições públicas constituíam-se em representações objetivadas do poder do capital, expressões concretas de uma "civilização mais avançada"; formas que eram percebidas da importância da empresa para a economia, a política, a arquitetura e os costumes. O capital inglês demonstrou seu poder não apenas no momento de sua fixação na Vila, mas foi capaz de influir e ser incorporado como parte da mentalidade e dos valores das nossas classes dominantes.

Os ingleses, agentes "civilizadores", proclamavam-se superiores e porta-vozes do desenvolvimento e do futuro de nossa nação. Para eles, a empresa se constituía num dos principais instrumentos de luta contra a ferocidade da natureza, ao arrancar desta aquela massa de desocupados e lerdos, salvando-os das correntes e dos grilhões da pobreza, da miséria na qual viviam, combatendo a barbárie que os vadios representavam, disciplinando e amansando os negros renitentes, preguiçosos e dissolutos.⁶ Na verdade, à medida que a empresa, isto é, o capitalismo, penetrava no dia-a-dia dos moradores da Vila com ações concretas, ela atuava no sentido de cristalizar seus valores e princípios como agente econômico e civilizador por excelência.

Esse período se mostra importante por ser um momento em que, na história da empresa e da formação da classe trabalhadora brasileira, é possível acompanhar parte do processo de passagem e as transformações que permitiram à empresa formar um pequeno mercado de trabalho, implementar entre escravos, libertos e pobres livres, novas formas de relações e mecanismos de dominação e integração. A companhia, em decorrência natural de seu peso e importância econômica, sempre se colocou como potência social essencial dinâmica na vida Novalimense. Ela sempre se sentiu no direito de prescrever e ditar normas e condições às quais os seus trabalhadores e os moradores da cidade deveriam sujeitar suas vidas, suas formas de agir e ser. Como resultado concreto do desenvolvimento e consolidação desta mentalidade, a empresa chegou ao extremo de se sentir no direito de determinar, isto já em pleno século XX, o destino dos moradores da vila. Constituiu um acontecimento emblemático a ocasião em que os ingleses lançaram um aviso aos operários e moradores da Vila, informando que aqueles que não quisessem se submeter às condições de contratação de serviço estipuladas pela empresa "podiam

⁵ Burton afirma que a vila de Gongo Soco em poucos anos havia se "transformado em uma aldeia inglesa nos trópicos, com sua igreja e capelão consagrado pelo Bispo de Londres." (BURTON, 1976, p. 183)

⁶ O espaço público sempre foi área de atuação de esse poder. Mas será questionado, disputado, ocupado e conquistado pelos trabalhadores, já no começo do século XX.

tirar suas contas e retirar-se da Villa". A questão criou um clima de mal-estar na sociedade mineira da época, mas o Sr. Lima não se sentiu constrangido em defender publicamente a empresa. Para ele, "Nunca a emulação, a inveja ou a impotência inferior poderão gerar uma causa justa contra classes que a desigualdade da vida social colloca em hyerachia superior." (MORRO VELHO, A Gazeta, Bello Horizonte, 24 de Julho de 1904, p.1, c.1)

Tudo leva a crer que, talvez pela proximidade de interesses e pelo convívio com os dirigentes da Morro Velho, muitos representantes, frações de classe, de forma mais agravante que a normalmente encontrada dentre seus semelhantes estabelecidos em outras paragens, viam-se e sentiam-se ungidos pelo espírito superior daquela civilização. Essa canalha, serviçal à empresa e aos interesses externos, agia como que dotada de poderes sobre-humanos. Sua missão seria a de criar condições objetivas para que os ingleses cumprissem sua missão terrena e civilizatória de subjugar a animalidade, a indolência e a vagabundagem dos homens do povo, transformar seus desejos e paixões para forjar um novo homem. Criar uma nova sociedade, capaz de transformar as riquezas e as forças da natureza em riqueza da "nação", "dominando a ferocidade da natureza e libertando a posteridade da escravidão de meras necessidades animais" (BURTON, 1976, p. 187).

Assim, a mina, aos olhos das autoridades provinciais e inglesas, sempre deu provas reais de sua convicção de que o homem (diga-se de passagem que esse "homem" a que fazem menção estava restrito aos homens livres de bom cabedal e aos ingleses) "quando combina honestidade, energia, conhecimento científico e prático de sua profissão pode determinar um esplêndido destino e uma nova civilização a um país pobre como o nosso, extraindo das entranhas da terra um novo futuro." (BURTON, *Op. cit.*, p. 187)

Mas, na verdade, o que se constata, ao longo dos mais de cem anos de "libertação" desse jugo da natureza é que, por trás dessa linda empresa, se esconde uma longa e sinuosa estrada eivada de miséria, morte e exploração dos trabalhadores. E que as condições de vida dos trabalhadores livres pobres da Morro Velho diferia pouco daquela encontrada entre os trabalhadores escravos. O que se percebe é que, ali, ficaram, de forma concreta e indelével, as marcas dos passos e do caminhar dos "homens de bom cabedal e fortuna" assentados sobre a trágica realidade de milhares de cadáveres, de mutilados e de famintos. A realidade do trabalhador da Morro Velho foi de tal forma violenta que não se pode ocultar a imoralidade sem limites das classes dominantes, brasileiras e estrangeiras.

Nesse processo de estabelecimento do capitalismo em Nova Lima, e com as transformações que ele foi determinando política, econômica e culturalmente, podemos dizer que no início, o capital britânico, representado pela Saint John d'El Rey, aparentemente, se submeteu ao mercado de trabalho escravo, às relações do regime escravista. A empresa britânica, com sua organização e gerenciamento capitalista, procurava viabilizar seu funcionamento a partir da disponibilidade das forças de trabalho existentes e estas, predominantemente, estavam nos marcos das relações de trabalho estabelecidas pelo escravismo. A empresa não deixou de aproveitar do escravismo aquelas relações e vantagens que apenas a escravidão

poder-lhe-ia proporcionar e que lhe eram úteis. Mas, gradualmente, também foi impondo novas disciplinas e formas de coação, novas potências e relações de trabalho próprias do capitalismo.

As ações desenvolvidas pelos capitalistas ingleses puderam ser percebidas nas relações sociais e de trabalho – e até individualmente – na mentalidade dos escravos e suas famílias nos "bairros negros", nas senzalas ou mesmo nos barracões que a empresa utilizava para alojá-los. Tais ações foram lentamente transformando-os por fora e também por dentro. Os ingleses foram impondo sua "nova racionalidade" e as novas formas de organização do trabalho. Formas de subsunção e controle do trabalhador próprias às necessidades do capital. Neste contexto merece destaque, dentre as muitas ações levadas a termo pelos ingleses, o processo de assalariamento dos seus escravos, desenvolvido pela empresa a partir dos anos 40 do século XIX. O assalariamento, implementado pelos ingleses, consistia no pagamento de uma dada remuneração garantida aos negros escravos, diferenciada com base nas características físicas e na capacidade de trabalho individual destes. Também eram pagas horas extra aos escravos e livres, prêmios de produtividade etc.

Essa prática era entendida e assumida por parte significativa dos escravos como uma possibilidade real e redentora de ser livre, independente e responsável por si próprio. Onde essa nova mentalidade disciplinar e novos modos de agir de escravos e livres se manifestavam concreta e continuamente, os ingleses os estimulavam ainda mais. Essas medidas criaram tal dinâmica que, em curto prazo, surtiu resultados positivos. Em pouco tempo autoridades inglesas e membros da diretoria da empresa já podiam descrever o cotidiano de muitos escravos dedicando o seu tempo livre a realizar voluntariamente horas extra ou trabalhos domésticos. Anunciavam ao mundo os muitos casos nos quais a liberdade fora conquistada pelo negro escravo com o suor de seu próprio rosto. Foi assim que muitos negros passaram a ver no trabalho uma forma de libertar-se da escravidão, conseguir pecúnia para ficar emancipado das peias do escravismo, um sistema fechado em si.

Apesar de todas as mazelas próprias do capitalismo e das quais, muito provavelmente, o trabalhador escravo não tivesse uma visão clara e nem de suas implicações posteriores, para quem vivia sob a fúria da chibata e do tacão do feitor e era tratado como *coisa*, deixar a condição degradante de escravo para, pelo menos, passar à condição de ser reconhecido legalmente como homem livre e membro da raça humana, passando à condição de Ser Humano, significava uma conquista.

No imaginário desses homens, a possibilidade de "liberdade" representada pelo capitalismo inglês significava um avanço importante em sua condição de vida, em sua condição humana. O escravo não se dava conta de que, uma vez conseguida a liberdade, não eram mais as correntes da escravidão que o prenderiam ao seu senhor, ao desmando e má-fé de seus empregadores, mas o próprio trabalho, causa primeira de sua escravidão. Com o tempo, descobriria que no mundo da liberdade da sociedade capitalista, a única coisa que havia conquistado de seu, sua força de trabalho, fora transformada em mercadoria; que passavam a existir outros tipos de

correntes mais sutis e não menos cruéis que os grilhões; estava deixando de ser propriedade de outro homem para tornar-se força produtiva. Agora, liberto da condição de propriedade, passava a assumir-se como proprietário de seu próprio corpo, mas na condição de trabalhador completamente desembaraçado de qualquer posse ou vínculo de propriedade no novo modo de produção. Já podia deixar de ser *coisa* para ser *força de trabalho*. A grande maioria deles, se longe da empresa, deixava de ser escravo para ser “marginal” ou “pária social”.

O que observamos na Morro Velho é o processo em que, nas condições de trabalho – mesmo a dos escravos –, de um lado ocorre

a extensão e o alargamento da divisão do trabalho no interior de um mesmo grupo produtivo, e, de outro lado, a obrigação dos produtores humanos se conformarem ao ritmo e ao movimento do processo mecânico. Esse deslocamento técnico do centro de gravidade do processo produtivo teve os seguintes efeitos socioeconômicos: a dependência crescente do trabalho frente ao capital e o papel sempre maior do capital como força de coerção e de disciplina, frente aos produtores humanos, dentro da série de suas operações particulares.” (MANOUKIAN & ROMAGNOLI, 1971, p. 250)

Assim, era natural que, apesar da jornada de trabalho continuar extensiva, começasse a ocorrer uma forte ênfase na administração e organização da produção. As novas máquinas e equipamentos, além de aumentar o ritmo e a intensidade do trabalho, acabaram propiciando uma redução do número de trabalhadores escravos em setores como transporte e britamento de minério e passaram a garantir à empresa maior autonomia em relação à força de trabalho escravo que estava se tornando escassa e ao “capricho dos trabalhadores nacionais”.

Em função da própria imobilidade e rigidez do escravismo, que só reconhecia a relação senhor-escravo, as “novas formas” de relações de trabalho/assalariamento desenvolvidas pela empresa, associadas a ideias e princípios que apontavam para um suposto reino de igualdade, liberdade e emancipação, garantiram a fixação de muitos homens livres e escravos na condição de trabalhador livre assalariado. Assim, os ingleses conseguiram mantê-los trabalhando voluntariamente na Morro Velho. E essa foi uma das faces que compôs a realidade mais ampla das relações de produção capitalistas na Vila e na região.

Como em outras áreas e atividades econômicas exploradas pelos ingleses em nosso país, também em Nova Lima eles desenvolveram um conjunto de estratégias e ações cujo objetivo era formar um mercado de trabalho capaz de fornecer trabalhadores confiáveis e com os quais o capital pudesse contar. Na empresa e na Vila, esse mercado de trabalho, esse trabalhador disciplinado e confiável, já davam sinais de que o processo seria muito mais rápido que aquele ocorrido na Europa. Aqui, o tempo foi muito menor – pouco menos de um século. Outra coisa importante foi que, em nosso país, tal processo se deu sem primeiramente ter-se que expropriar pequenos agricultores, proprietários e artesãos. Ele foi se estabelecendo e se desenvolvendo sem a prévia necessidade de revolucionar o modo

de ser e a forma real do conjunto das relações e dos processos de trabalho centrados no escravismo.

Especificamente em relação à fixação, desenvolvimento e expansão do capitalismo, o trabalho escravo tecnicamente não se mostrou incompatível com o trabalho industrial e o desenvolvimento do empreendimento capitalista. A força de trabalho escravo não ocupou uma posição periférica e marginal no processo produtivo capitalista em construção. O trabalho escravo, que por muito tempo foi um dos principais elementos impeditivos à formação de um mercado de trabalho, não foi capaz de comprometer seriamente e/ou de forma negativa o processo das transformações desencadeado pela Morro Velho. Esta empresa, e outras do ramo da mineração, representaram exemplos concretos de que, uma vez desencadeados localmente o processo produtivo e as atividades manufatureiras, com investimento de capitais aplicados em empreendimentos comerciais e industriais que não estivessem subordinados ao pacto colonial nem ficassem restritos ao mercado e às relações escravocratas, a possibilidade de se desenvolver um mercado de trabalho estava colocada. Verificou-se uma integração preliminar entre empresa capitalista e mercado de trabalho escravo.

Outro aspecto diz respeito ao processo dirigido pela empresa, que operou gradativamente a transformação do trabalhador escravo em trabalhador livre. Não se pode desconsiderar o fato real de inexistir um satisfatório mercado de trabalho livre em condições de atender às demandas e suprir as necessidades e os interesses da empresa, do capital. Seria negar nossa realidade socioeconômica e nossa posição no pacto colonial estabelecido por Portugal. Sem dúvida essa questão contribuiu para que a empresa agisse de forma preventiva para manter-se economicamente viável e produtiva. A aquisição de mão de obra escrava, para os dirigentes da Morro Velho, era como investir em bens de produção e imobilizar capital. Naquele momento de nossa história econômica, já estávamos distante das necessidades e interesses da economia dos países desenvolvidos. A compra e venda de escravos já havia cumprido o papel de alavancar parte da dinâmica mercantil da acumulação primitiva, não era mais um elemento imprescindível para que se fizesse operar mais um elo no processo de circulação do mercado internacional de mercadorias. O estágio em que se encontrava o capitalismo inglês, no momento de sua instalação em nosso país, era o ciclo de movimentação do capital que se fazia por meio do capital financeiro, via empréstimos públicos e privados. Assim, quanto a mais-valia, os ingleses conseguiam realizá-la a partir e pela compra de máquinas, ferramentas, equipamentos, reagentes químicos, utensílios e manufaturados.

Esse era um lado da questão. O outro estava ligado à própria natureza das atividades aqui instaladas e ao destino da mercadoria produzida. Por ser o ouro, assim como o café, uma mercadoria predominantemente voltada para o mercado externo internacional, permitia ao capital inglês uma mais rápida “amortização do investimento com a compra ou aluguel da escravaria”. (EISEMBERG, 1989) Este também foi o caso das ferrovias, em que os empréstimos a ela vinculados serviam de preferência para pressionar e repelir ou subordinar o pouco que existia de economia natural e favorecer a expansão da economia mercantil.

A expansão da cafeicultura e a exploração aurífera representavam um novo mercado propício aos interesses imperialistas ingleses. Os empréstimos e a expansão dessas e de outras atividades econômicas se davam dentro dos moldes de atendimento exclusivo dos fins da política imperialista da monopolização econômica e da submissão política do país. O próprio capital inglês, por meio de empréstimos e investimentos pesados, financiava a demanda comercial do Brasil. Os ingleses construíam ferrovias, importavam máquinas e equipamentos, trilhos de aço, cabos, instalavam infraestrutura para as empresas de mineração etc.. Esses produtos eram predominantemente originados na própria Inglaterra. No caso dos empréstimos, estes constituíam um meio extraordinário para abrir áreas novas de produção e expansão mercantil, intensificando o intercâmbio que realizava progressivamente o capital adiantado para tais atividades e junto à respectiva mais-valia.

A alienação/coisificação do trabalhador escravo na produção de mais-valia estava, portanto, na ordem do dia. Foi se transformando a tal ponto que, já no terceiro quartel do século passado, havia conseguido realizar entre os trabalhadores da mina, num curto prazo, a subsunção real do seu trabalho ao capital, vale dizer em moldes estritamente capitalistas. No final dos anos de 1870, pode-se perceber que já havia ocorrido mudança no sistema produtivo e nos meios de produção, que alteraram a forma de obtenção de mais-valia na empresa. A empresa havia se transformado num lugar em que se pode afirmar que a produção sofrera fortes mudanças frente à adoção de novas maquinarias, processos de redução do minério de ouro, na organização e gerenciamento da empresa. Com novas máquinas e equipamentos, reagentes químicos e processos de redução para se extrair o ouro do minério, pode-se perceber, no trabalho do escravo e do negro livre, que a nova lógica organizacional elevava o nível e a intensidade da produção numa mesma jornada de trabalho e isso se refletia na forma de remuneração paga aos trabalhadores da empresa (fossem eles livres ou escravos); no recebimento por produtividade e nas horas extras pagas a todos os trabalhadores que se dispusessem a fazê-las. Em geral eram calculadas essas horas extra de forma diferenciada e de acordo com a característica pessoal de cada trabalhador (estavam divididos em escravos de primeira e de segunda categoria).

Todas essas transformações nos meios técnicos de produção, na organização e administração da produção, na sua racionalidade, no aumento do ritmo e da intensidade do trabalho caracterizam, na prática, uma real subsunção do trabalho do escravo e dos muitos homens livres à empresa, isto é, ao capital. Como os trabalhadores escravos passaram a receber por seu trabalho contrapartidas remuneradas, que eram pagas sob a rubrica “produtividade” e sobre horas extras de trabalho, calculadas a partir da classificação da capacidade produtiva que cada trabalhador recebia da empresa, o escravo produzia uma taxa de mais-valia substancialmente maior quando comparada com aquela obtida dos trabalhadores livres.

No que diz respeito diretamente à produção de ouro, a companhia implementou uma organização técnico-administrativa que foi imprescindível ao seu

funcionamento, uma vez que se utilizava de uma grande massa de trabalhadores, isto é, do uso extensivo da força de trabalho compulsório.

Com um número muito grande de trabalhadores escravos, com um custo operacional muito elevado, a empresa desenvolveu, como forma de garantir sua saúde financeira e lucratividade, uma racionalidade e divisão do trabalho que lhe permitiam uma maior produtividade e que exigia um controle férreo e militar sobre os trabalhadores.

Foi em função do custo dos escravos (e depois, a escassez de trabalhadores aptos e disciplinados que aceitassem tranquilamente o trabalho) que a empresa implantou novas máquinas. Assim, instalou um martelo britador a vapor de Bagg (que falhou). Posteriormente, utilizou – com sucesso – uma máquina de esmagar pedras de Blake, com dezesseis cabeças trituradoras; a tração animal para o tráfego do minério foi substituída por trilhos e vagonetas tracionadas por cabos; e adotaram a dinamite em 1869. Além disso, um sofisticado e complexo sistema de aqueduto que se estendia por mais de vinte e nove milhas, utilizado para mover as rodas hidráulicas. Essas modificações possibilitaram à empresa operar com menos trabalhadores e utilizar os escravos que eram deslocados pelas modificações técnicas para outros postos de trabalho.

Faz-se necessário ter clareza que a empresa destacou-se também pela racionalidade com que organizou a produção e os recursos humanos. Constituiu-se, assim, no empreendimento o que de mais avançado existia mundialmente em termos de gerenciamento, organização, equipamentos e tecnologia para a mineração do século XIX. No decênio 1889 a 1899, a empresa dispendeu, para recuperação da mina, entre taxas aduaneiras, fretes para o transporte dos equipamentos e materiais, aproximadamente 2.185.550\$100, uma cifra que representou 13% do capital constituído na aquisição e instalação da Mina Nova, da ordem de 17.143.000\$000.

Os administradores da Morro Velho sempre deram ênfase à divisão e à organização do processo de produção; à forma como era exercido o controle rigoroso sobre a força de trabalho, à extração e o beneficiamento dos minérios. Assim foi descrito o setor de redução:

Cada local de britamento, em número de quatro, possui um feitor que fiscaliza os marreteiros que quebram os grandes pedaços. A seguir quatro mulheres, para cada marreteiro, quebram novamente o minério em pedras com cerca de dez centímetros quadrados. Cada mulher, utilizando-se de um martelo de 750 gramas de peso, quebra, se for de primeira categoria, uma tonelada e meia por dia. Cada produtora deve encher um ou dois funis de madeira, com 16 pés cúbicos e durante a semana vai-se acumulando material para o sétimo dia (BURTON, 1976, p. 219)⁷

⁷ O trabalho das mulheres era menor do que o realizado pelos homens. As mulheres somavam, considerando escravas e livres, quase 70% da força de trabalho deste departamento. Considerando-se apenas este departamento, em relação à força de trabalho global da Morro Velho, no ano de 1865, estas mulheres representavam 17,72%, o que indica que o trabalho feminino possuía uma importância econômica considerável para a empresa.

O escravo encontrava-se presente em todos os setores, departamentos e fases da produção, trabalhando lado a lado com os livres, operando máquinas rebocadoras e de britagem (nas quais predominava a força de trabalho das mulheres escravas ou livres); trabalhavam no setor de redução e amalgamação do ouro, na marcenaria e nos serviços de manutenção mecânica. Isto permite perceber que os escravos em Morro Velho possuíam uma grande capacidade de adaptabilidade e eficiência em atividades em que ocorreria uma mecanização da produção e melhoramentos tecnológicos.

Como observado, a empresa possuía uma complexa e minuciosa divisão de trabalho, com diferentes graus de especialização. Na mina existiam homens altamente especializados (como os foguistas), que preparavam e executavam as explosões dos veios; os maquinistas, pedreiros, ferreiros e escoradores (que faziam os serviços de marcenaria). Nessa divisão de tarefas, estabeleceu-se uma hierarquização de funções e de mando em cada uma das fases do processo produtivo. Destaque-se que os operários ingleses trabalhavam dois terços do tempo normal de suas tarefas na Europa. Com exceção de alguns operários especializados (como os mecânicos), poucos executavam tarefas manuais; a grande maioria exercia, predominantemente, o mando e a função de supervisionar, fiscalizar e controlar a produção dos negros e livres.

A racionalidade técnico-administrativa, além de ser um dos pilares de sustentação da produtividade e dos lucros da empresa, por um lado, foi decisiva para a assimilação e introjeção, entre os trabalhadores, da disciplina e da mentalidade desejadas pelo capital. Por outro, foi a expressão maior da fábrica como agente “civilizador” que funcionava como um poder exterior aos homens, que os subjugava, transformava seus desejos e paixões, forjava um novo homem, uma nova sociedade, fazendo da força bruta da natureza, dos escravos e dos homens livres uma nova fonte de riqueza.

Os relatos e descrições mostraram que os ingleses se consideravam possuidores de uma cultura superior, expressão direta de uma civilização superior, que tinha por missão dominar a ferocidade da natureza, melhorar os costumes, modificar a moral e os valores de um povo menos evoluído. De fato, nessa missão pedagógica, a empresa ao juntar num mesmo local de trabalho e de moradia, massas heterogêneas, portadoras de padrões e expectativas socioculturais muito diversos, constituía um “espaço educativo por excelência” que, impondo na prática um processo de homogeneização, desenvolveu um longo e lento processo de reforma comportamental e moral.

A empresa procurou modelar todos os espaços de vivência do trabalhador e acabou por criar, de fato, novas expectativas e relações entre os trabalhadores, principalmente entre os residentes nas áreas de domínio da companhia. A empresa mostrava, na prática, a “vocação do capital a educar para o rigor em todo processo de trabalho”. (MANACORDA, 1989, p. 261). Essas novas relações foram sedimentadas, com fortes reflexos sobre a vida cotidiana da cidade, a partir do local de trabalho, à medida que, num mesmo espaço de produção, trabalhavam

escravos(as), ex-escravos(as), crianças, homens livres, imigrantes (ingleses, espanhóis, alemães, chineses). Nesse processo, a empresa, isto é o capital, aparece como o centro irradiador de onde tudo emana e para onde tudo converge.

No âmbito das relações sociais, tanto do ponto de vista do princípio ético do trabalho desejado e requerido pela empresa, quanto da implementação da racionalidade técnico-administrativa, pode-se perceber uma realidade na qual foi possível identificar e destacar entre os trabalhadores, a partir dos documentos e obras que descrevem o espaço e as condições de trabalho na empresa e na vida cotidiana da vila, um longo processo de transição e uma lenta transformação de seus hábitos e costumes.

Em Nossa Senhora do Pillar de Congonhas do Sabará e em específico na Morro Velho, havia uma realidade complexa por natureza. Tratava-se de um local no qual conviviam diferentes expectativas e tipos diversos de *praxis* social, distintas posturas, posições e atitudes frente àquela realidade em que estavam inseridos. Por exemplo, a descrição do cotidiano do comportamento dos escravos aos domingos deixa entrever que o "princípio ético do trabalho" desejado pelos capitalistas já havia sido incorporado às atitudes e às ações do dia-a-dia de parcela dos negros escravos e libertos.

aos sábados à tarde e domingos, os negros considerados diligentes, para bom grado de seu senhorio inglês, "iriam cuidar das casas e das hortas, dos porcos e das galinhas; iriam lavar roupa e costurar, ou carregar água, lenha ou capim para vender". Os preguiçosos e dissolutos iriam gozar a santidade do dia à moda africana, deitados ao sol e, se puderem, bebendo e fumando haxixe. (BURTON, 1976, p. 208)

Quanto ao assalariamento, principalmente no que se refere aos grupamentos negros, encontramos menções variadas àqueles alforriados pela empresa ou os que haviam comprado sua liberdade. Pelos documentos consultados depreende-se que foi principalmente entre esses trabalhadores escravos que se pode constatar a incorporação dos princípios e dos valores e condutas desejadas pelo capital britânico; expressão real da política desenvolvida pela empresa. A exemplo das escravas que, já libertas, continuaram trabalhando no armazém da companhia como operárias assalariadas⁸, o mesmo ocorreu com muitos outros escravos.

Tratava-se não da questão apenas da liberdade individual de um escravo ou de uma escrava, mas do processo social de transformação do negro da condição de "parte direta dos meios de produção" à condição de assalariado, trabalhador livre. Esta foi a realidade cada vez mais frequente na composição da força de trabalho empregada pela empresa à medida que foi se aproximando o final do século XIX. Tais fatos constituem um ponto importante para compreender a "dimensão pedagógica" subjacente às iniciativas determinadas pela empresa para "educar" negros escravos e trabalhadores livres.

⁸ "As operárias são moças negras e mulatas, muitas delas livres; trabalham por tarefa, e moram e comem à sua custa". (BURTON, *Op. cit.*, p.210).

A transformação dos escravos em trabalhadores livres, na verdade, representava reconversão de capital, além de reduzir os custos operacionais e de manutenção da empresa com a força de trabalho. Aumentava, e muito, a rentabilidade da empresa e o capital de giro de que dispunha, provocava impactos significativos sobre a economia local e sua estrutura com o aumento do capital circulante aplicado no pagamento de salários e horas-extras de homens livres e escravos.

Dentro do próprio grupo de escravos, pode-se perceber que todos esses elementos em conjunto acabaram influenciando nas relações existentes. Inclusive, estabeleceu-se uma aristocratização e certa hierarquização e diferenciação entre eles. Mudanças significativas na conduta e formas de ação foram percebidas nas informações e descrições presentes nos documentos consultados. Elas permitem argumentar sobre duas dimensões da vivência cotidiana dos trabalhadores, que se interpenetravam formando um todo articulado, integrado. Duas faces de uma mesma moeda. Uma que se impunha de forma quase inexorável, como algo fechado em si mesmo, que era a realidade do mundo do trabalho, onde a disciplina e o controle existentes no espaço fabril foram a expressão mais real da própria lógica disciplinar militar de comandar trabalhadores como quem comandava um "regimento militar", controlando e recebendo informações diárias dos feitores. A outra, que se estendia por quase todos os espaços sociais exteriores à empresa, constituía a interface do próprio capital como poder social. Poder que, ao estender-se para além do espaço fabril, para outros espaços de vivência social tais como os bairros e as próprias moradias dos trabalhadores, o lazer, a educação, a religião etc., acabava influenciando, intervindo na vivência e na cotidianidade dos trabalhadores e suas famílias, nas suas crenças e nos seus valores, na sua subjetividade e decisivamente sobre a mentalidade e identidade dos trabalhadores escravos e homens livres.

Os conflitos velados e as transformações ocorridas nas relações de trabalho mostram a existência de uma luta sem tréguas por parte do capital, cujo objetivo básico era o de modificar expectativas e padrões de comportamento e como este objetivo estava presente nas lutas e conflitos que estavam diretamente ligados ao mundo da produção e ao espaço fabril.

Era dentro dessa configuração social que os ingleses se queixavam dos homens livres pobres como força de trabalho; alegavam que ela não era mais firme e confiável como quando havia o predomínio quase absoluto dos escravos. Por motivos como este, os capitalistas se sentiam fragilizados e buscavam encontrar alternativas que resolvessem seu problema, que era fornecer força de trabalho confiável, abundante e disciplinada. Por isso, estavam cada vez mais preocupados em exercer um controle e uma disciplina que fossem se ampliando para além do espaço da empresa. Do mesmo modo que aquela exercida no espaço fabril, tinha como objetivo um modelo de morador/operário que deveria ser obediente, pontual, laborioso, regular e, principalmente, disciplinado. Este foi o modelo de trabalhador acalentado e muitíssimo desejado pelos capitalistas ingleses.

Os documentos mostram que, na prática, além do trabalhador da Morro Velho ser sempre controlado, medido, acompanhado, supervisionado, estava indiretamente sujeito a um minucioso acompanhamento de sua vivência e sua cotidianidade. Tanta precisão e cuidado não eram sem propósito. Afinal, o capital inglês estava dando, no nosso país, os primeiros passos no desenvolvimento de um lento e longo processo de transformação da subjetividade e, decisivamente, da mentalidade – identidade dos trabalhadores escravos e homens livres, o que permite considerar que a aculturação dos negros escravos e dos livres, nos seus hábitos e costumes, era perseguida pelos ingleses como forma de manifestação real da instrução moral.

Havia, por parte da empresa e de seus dirigentes, a forte convicção de que estava colocada a necessidade de uma renovação cultural e que esta seria feita com a assunção da educação pelo trabalho. Assim, do trabalho subtrai-se uma dimensão pedagógica que realiza a renovação cultural, a renovação moral dos homens – individual e coletivamente. A empresa deveria cumprir seu papel como elemento civilizador na medida em que, pelo trabalho e pelo treinamento, faria a reforma moral e a renovação cultural. Procurava criar um novo padrão moral, pautado pela ética do trabalho. Uma ética que considerava o trabalho elemento de libertação do ser humano, o fim da expiação, da servidão e da apatia frente às forças da natureza, passo decisivo para o progresso individual e social.

Podemos considerar que, nas condições de alienação e expropriação em que se encontravam o negro escravo e o livre, ambos foram transformados em um trabalhador que estava expropriado de si mesmo e de toda condição objetiva de produção. Afinal, não se tratava de pequenos artesãos e proprietários rurais, mestres de ofício, mas de escravos – meios de produção da empresa e homens livres que viviam de forma marginal ao escravismo e ao capitalismo; eram tidos e havidos como vagabundos e pouco diligentes. Para esses homens, sob o capitalismo, toda forma de saber que possuíam, quando se viam incorporados ao processo de trabalho, não lhes servia de muita coisa e se viam obrigados a aceitar um novo tipo de saber a ser aprendido e incorporado à sua rotina no local de trabalho.

A educação que de fato ocorria na empresa e pelo trabalho se caracterizava por um conjunto de procedimentos punitivos e de recompensas, uma prática que em muito se assemelhava àquela desenvolvida na Europa dos séculos XVIII e XIX.

No início, logo que se instalaram, os ingleses permitiam que os escravos recebessem alguns tratamentos negativos, como palmatórias, chicoteamento, açoites etc. Ulterior e gradativamente, a empresa foi alternando e alterando tais punições e, por determinação da superintendência, passou a controlar e regulamentar a utilização destas, adotando incentivos positivos como: dia livre para descansar (mas gozar essa regalia era de exclusividade inglesa), salários diferenciados para homens de primeira categoria, pagamento por horas extra e por produção, alforria por tempo de serviço e por pagamento de pecúlio etc.. Segundo Burton, houve um momento em que o tacão foi abolido e o chibateamento só ocorria com a autorização do superintendente da empresa. A questão básica de mudança das estratégias e formas de coerção e controle sobre os trabalhadores

escravos e livres pobres, substituindo o castigo e a violência física por formas de recompensas, por parte da empresa, possuía ainda uma dimensão política que remete diretamente ao centro das questões próprias do exercício do poder. As questões relativas à educação e à disciplina desenvolvidas pela Morro Velho fornecem indícios e dados que se aproximam muito das análises efetuadas por vários pesquisadores e estudiosos sobre a construção e desenvolvimento das formas reais de poder e disciplinamento desenvolvidas pelo capitalismo desde o século XVII, na Europa.

O objetivo da empresa era, por meio da “recompensa”, fazer com que a punição se tornasse velada, introduzindo na realidade dos negros e livres pobres a ideia de que descumprir certas normas e princípios, ter certas condutas, significava não poder desfrutar ou estar impedido do acesso às recompensas estabelecidas pelos ingleses. Dessa forma, eles conseguiam penetrar cotidianamente na consciência desses trabalhadores e suas famílias.

No que diz respeito ao mundo da empresa, com o controle rígido e hierarquizado da produção e o poder quase absoluto exercido no disciplinamento e educação da força de trabalho, os ingleses conseguiram implantar nas minas aquilo que foi considerado por eles próprios, uma ordem perfeita. Isto significava fazer com que os negros se tornassem seus próprios feitores.

Portanto, a prática da punição física, que não fora abolida por completo, continuando a ser utilizada para os mais renitentes que precisavam ser amansados, foi deixando o campo da percepção material diária sobre o corpo (a única que ficou foi a do sofrimento do corpo pelo esforço do trabalho que “dignificava” o trabalhador), entrando no campo da consciência abstrata. A punição passava a atingir a vontade, o intelecto, a alma do trabalhador. Estava se vendo frente a uma nova vivência, expressão de uma nova consciência própria de uma nova alma, mais civilizada e evoluída. Ocorria com o negro escravo uma burocratização da punição, uma hierarquização do exercício do poder, uma verticalização do exercício do poder. A pena, que era infringida ou praticada pelo capataz, capitão ou feitor, passava a ser um mecanismo administrativo, dentre outros. Assim, a punição, no essencial, mostra e confirma a perspectiva da reforma moral que procurava corrigir, reeducar e disciplinar.

Para o negro escravo que, na condição de objeto, bem de produção, tinha sua humanidade negada, a liberdade proposta pelos senhores ingleses passava a ser considerada como um bem. A empresa estava construindo as condições objetivas para não mais precisar dispor do corpo desse trabalhador como sua propriedade e responsabilidade, apenas de sua força de trabalho. Ter à sua disposição tal força de trabalho implicava em ter controle sobre sua conduta, seus desejos e expectativas. Mais que no espaço restrito da empresa e no local de trabalho, esses valores tornados abstratos, vivenciados de forma concreta no dia-a-dia, estavam se reinscrevendo no cotidiano do trabalhador escravo também nos sistemas e espaços de vivência para além da fábrica, no bairro, no lazer, no conhecimento e percepção da realidade e na consciência que dela formavam.

Ao longo do processo histórico de desenvolvimento da Morro Velho foi possível perceber que os regulamentos e normas da empresa compunham, no seu conjunto, não só medidas de natureza burocrático-administrativas ou organizacionais, mas antes, o suporte político para a reforma moral e comportamental dos trabalhadores, torná-los preparados e adaptados às relações e ao mercado de trabalho capitalista.

No caso da Morro Velho, o trabalho se tornou a base sobre a qual foi desenvolvida uma *praxis* educativa na qual foram instituídas a competição, a ideologia do sucesso, do progresso pessoal e da mobilidade social. Portanto, pode-se afirmar que, no espaço onde se desenvolveram as relações de trabalho, vicejava, na medida em que se efetivava materialmente, como realidade cotidiana, uma *praxis* pedagógica que incluía competição, disciplina, hábitos de trabalho, respeito à hierarquia, regularidade, temperança, preocupação com a economia de tempo, o voluntarismo e a produtividade.

No que tange à reforma moral dos escravos, ela pode ser percebida e se desenvolveu dadas algumas condições especiais desfrutadas pelos escravos de propriedade da Morro Velho, tais como o pagamento de salários e horas extra, assistência médica, possibilidade de sair das terras da empresa e ir à Vila comerciar e fazer compras. Tal reforma, em curto intervalo de tempo, já podia ser notada pelos próprios ingleses, e os negros da companhia consideravam-se "a aristocracia e olhavam de cima para baixo os seus irmãos". Essa mentalidade e essa moral contrastavam de forma brutal com as condições de moradia e vida dos negros e livres pobres.

Os negros moravam em "bairros-senzalas", construídos próximo da mina pela empresa, como Boa Vista e o chamado Timbuctoo, "bairros negros de casas de paredes brancas e telhados vermelhos (aqui chamados pelo nome africano de senzalas)". As acomodações residenciais dos trabalhadores ingleses eram separadas e constituíam um bairro à parte, chamado de Aldeia do Retiro. O aluguel pago variava de 0\$500 a 1\$500 (quinhentos réis a um conto e quinhentos réis) por mês. Já as acomodações construídas para além do Retiro para os trabalhadores livres brasileiros e alemães eram consideradas más e muitas dessas casas eram vitimadas por frequentes inundações e desabamentos.

Outro aspecto muito peculiar era o sepultamento dos mortos ingleses em cemitério à parte (ainda hoje existente, mas desativado). As condições de saúde decorrentes das características das moradias e do trabalho eram terríveis. Encontravam-se dentro daquilo que foi a realidade (das condições) de vida e trabalho dos proletários nas áreas industrializadas e de mineração descritas por Engels e Marx no século XIX. A jornada de trabalho girava em torno de 12 horas diárias com duas turmas, sem descontar o tempo de percurso até o local de trabalho no interior da mina.

Diariamente os trabalhadores escravos eram recrutados e feita a chamada às cinco horas da manhã no barracão dos negros:

Às cinco horas o sino toca e no grande salão do Rancho dos Negros, em presença de Mr. Smyth, os ajudantes brasileiros, chamam os nomes, primeiro dos homens, depois das mulheres, e, finalmente dos recém-chegados que, sendo alguns de índole rebelde, têm de ser amansados. (BURTON, 1976, p. 209)

No que diz respeito às condições de trabalho e segurança, temos aqui dois itens que, ao que tudo indica, não eram prioritários para a empresa. Os acidentes eram corriqueiros. Só no ano de 1867, contou um número de pelo menos quatorze vítimas fatais.

De todos os acidentes graves ocorridos na mina, inclusive o ocorrido em 1886, que a destruiu completamente, matando todos os que nela estavam, não há sequer um único vestígio de qualquer iniciativa das autoridades brasileiras quanto a medidas punitivas, de controle e fiscalização das condições de segurança e trabalho para se evitar os acidentes mortais, que foram muitos. Grande parte dos acidentes era creditada fatidicamente à própria periculosidade das atividades de mineração, à natureza e aos trabalhadores que as executavam.

Os trabalhadores da mineração apresentavam "moléstias dos cérebros e dos intestinos". Eram graves as disenterias, pleurisias, pneumonias que "às vezes tornavam-se epidêmicas e sujeitas a alastrar-se com rapidez". Doenças venéreas eram comuns – as crianças negras já nasciam com a *corona veneris*. A água contaminada que corria no interior da mina provocava úlceras malignas nas extremidades dos membros e gangrenas nas feridas e, muitas vezes, o óbito. A situação se mostra ainda mais terrível quando se leva em consideração as comuns mutilações e mortes ocasionadas por acidentes, tais como desmoronamentos e explosões.

As denúncias feitas por um médico e um ex-oficial do departamento de redução que haviam trabalhado na Morro Velho até 1846, na revista *Mining Journal* e nos jornais *The Observer* e *Morning Post*, provocaram uma enorme polêmica na imprensa britânica. Essas acusações causaram um grande mal-estar na empresa e na opinião pública, que já estava abalada por inquéritos e denúncias da mesma natureza em relação aos trabalhadores ingleses. Afinal, as denúncias feitas pelos ex-operários da mina são contemporâneas dos inquéritos realizados em 1840 sobre as condições de vida, saúde e trabalho dos operários ingleses e que foram responsáveis, posteriormente, pela promulgação do *Mining Act* e das primeiras leis trabalhistas e fabris da década de 1860 (*Factory Acts Extensions Act* e *Workshops' Regulation Act*). As denúncias contra a Morro Velho acabaram provocando severa reestruturação dos horários de trabalho, das punições e do serviço de assistência médico-hospitalar. (LIBBY, 1984, p. 125-28). Para termos uma ideia bem clara da mina, já à sua entrada existia um epitáfio muito pedagógico: "Aqui jaz João ninguém; morreu na mina. Como morreu, ninguém de fato ensina".

E assim mesmo o mineiro *pavula... magni formica laboris*, até o desmoronamento total da mina, em 1886, vitimando todos que nela se encontravam. A mina somente voltaria a funcionar no final do século XIX, depois do

fim da escravidão e da Proclamação da República. A empresa, ao voltar às atividades extrativas, ainda mantinha seu poder de influência junto a todos os níveis de governo. Assim, a Morro Velho continuou a exercer “benéfica e directa influência na marcha econômica das populações que se achavam em contacto com elle”. (Minas Gerais, Indústria extrativa – Teophilo Ribeiro, 10 de Abril de 1900, p. 2 a 4)

A empresa passou a operar utilizando-se predominantemente da chamada mão de obra nacional e, na sua falta, contando com levas de mão-de-obra imigrante – espanhóis, italianos, ucranianos, alemães, russos e ingleses.

Texto recebido em agosto de 2010.
Aprovado para publicação em setembro de 2010.

Sobre o Autor

Antonio Luis de Andrade é professor da UNESP (Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH (UERJ) e-mail tato@fct.unesp.br

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João (João Antonio Andreoni, S.J.), **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA ECONOMIA, DA SOCIEDADE E DO TRABALHO NA MINAS COLONIAL, v 4, nº 2 e 3. Belo Horizonte: Análise e Conjuntura, maio/dezembro de 1989.

BURTON, Richard. **Viagens aos Planaltos do Brasil (1868)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

_____. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. São Paulo: Edusp, 1976.

_____. Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Belo Horizonte: Edusp, 1977.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **As Minas do Brasil**. V II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

CHAVES, Arlindo. **O ouro em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Divisão gráfica do Departamento Estadual de Estatísticas, 1958.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil - sec. XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989.

FOOT, Francisco & LEONARDI, Víctor. **História da Indústria e do trabalho no Brasil**., São Paulo: Global, 1982.

FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

GROSSI, Yonne de S. **Mina Morro Velho**: a extração do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HISTÓRIA DA EXTRAÇÃO E LAVAGEM DO OURO EM MINAS, REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO PÚBLICO MINEIRO. Ano III, 1898, pp.433-436.

HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores:** estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JORNAL O CONSTITUCIONAL, Ouro Preto, 30 de nov. de 1867, p.2, c.1.

JORNAL O DIÁRIO DE MINAS, Ouro Preto, 5 de dez. de 1867, p.1, c. 1-3.

JORNAL O OPERÁRIO. Anno I, nº 1, Belo Horizonte, 19 de junho de 1920.

____. Anno I, nº 2, Belo Horizonte, 10 de julho de 1920.

JORNAL A GAZETA, Anno I, nº 25, Belo Horizonte, 7 de julho de 1904.

____. Anno I, nº 29, Belo Horizonte, 24 de julho de 1904.

JORNAL CORREIO MINEIRO, 22 de março de 1933, p. 2.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p 1 e 2, Belo Horizonte, 28 de março de 1933.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p. 7, Belo Horizonte, 30 de março de 1933.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p. 2, Belo Horizonte, 31 de março de 1933.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p. 1 e 2, Belo Horizonte, 4 de abril de 1933.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p. 2, Belo Horizonte, 6 de abril de 1933.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p.7, Belo Horizonte, 14 de abril de 1933.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p. 2, Belo Horizonte, 22 de abril de 1933.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p. 4, Belo Horizonte, 10 de maio de 1933.

____. Matéria: **Ouro do inferno**, p.1, Belo Horizonte, 11 de julho de 1933.

JORNAL LUZ SOCIAL, Nova Lima-MG, Ano III, nº 51, 3 de Janeiro de 1907.

____. Nova Lima, Ano III, nº 52, 3 de Fevereiro de 1907.

JORNAL MINAS GERAIS, 10 de abril de 1900, p. 2- 4, c. 1.

____. **Ouro em Minas.** Belo Horizonte, 12 de julho de 1900, p. 3.

____. **Greve Projectada.** Belo Horizonte, 15 e 16 de julho de 1900, p. 2.

____. **Reunião Operária.** Belo Horizonte, 15 e 16 de julho de 1900, p. 2.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil:** o caso Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

LIMA, Augusto. Um município de ouro: memória histórica. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, V 6, 1901.

MANACORDA, Mario A. **História da educação:** da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

MANOUKIAN & ROMAGNOLI. “Revoluzione industriale e sistema de fábrica”, **Studi de sociologia**, IX, p. 250, nº 3 e 4, Milão, julho-dezembro 1971.

MARTINS, Roberto Borges; SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do Amaral. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX** - História econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Livro 1. V. I e II, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOTTA, Carlos Guilherme *et al.* **Balanço das transformações econômicas no século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1988.

NORONHA, Olinda M. **A constituição da classe trabalhadora na primeira República - 1889/1930** - a produção da noção de trabalho e educação. Campinas: UNICAMP, 1989.

PINTO, V. Noya & MOTTA, Carlos Guilherme. Balanço das transformações econômicas no século XIX. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1988.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO PÚBLICO MINEIRO. Ano IX, jan./jun. 1904.

RIBEIRO, Teophilo. Indústria Extrativa. Os grandes feitos da riqueza nacional. Morro Velho, Mina Nova. **Jornal Minas Gerais**, 10 de abril de 1900.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantino no século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

_____. **Cotidiano e solidariedade**. Vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII, São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José R. do Amaral. **Proto-industrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais** - História econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec, 1996.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Geraes. **Revista do Arquivo Histórico Público Mineiro**. Ano IX, jan./jun. 1904. pp.175-251.

VIANA, Victor. **Impressões de Minas**, in Hermas ao Marquês de Sapucahy em Villa Nova de Lima-1917, Rio de Janeiro: Tipografia do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, 1917.